

## **PRODETUR: Alternativa financeira de apoio ao planejamento e desenvolvimento do turismo**

Maurício Barros Feltrin<sup>1</sup>

Eliane Martins Coelho<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

Este artigo tem como objetivo compreender e apresentar um programa do governo, demonstrando os caminhos tomados para adquirir os recursos por ele disponibilizados, com a finalidade de promover o desenvolvimento do turismo municipal com amparo do governo federal, através de orientação e disponibilização de recursos por meio do PRODETUR + Turismo. Este programa apoia as Unidades da Federação, os municípios (que integram o Mapa do Turismo Brasileiro) e o setor privado do turismo no acesso de financiamentos nacionais e internacionais, com o intuito de viabilizar a execução de projetos de estruturação do turismo. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, utilizando o sistema de pesquisa descritiva e bibliográfica. Na análise e considerações finais ressalta-se a representatividade e auxílio efetivo deste programa para o aprimoramento do turismo e promoção de desenvolvimento socioeconômico.

**Expressões-chave:** Desenvolvimento socioeconômico, Prodetur, Turismo.

### **1 INTRODUÇÃO**

O turismo está se desenvolvendo através do tempo, tendo início quando o homem deixou de ser sedentário e fixou moradia. Neste contexto, todo deslocamento poderia ser considerado turismo, ele sabendo ou não, porém sabe-se que esta atividade não trata apenas do deslocamento de pessoas, mas também dos motivos da viagem e do atendimento das necessidades durante este período.

O conceito de turismo foi se aprimorando no contexto em que os indivíduos tinham suas necessidades que motivavam as viagens. Os povos antigos promoveram grandes viagens por razões econômicas, na idade média se percebe o turismo

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo (PUC/RS) e Mestre em Turismo (UCS). Professora do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja.

religioso com o surgimento das cruzadas, o turismo de saúde é um fenômeno antigo também, pois os romanos visitavam as termas em busca de saúde. (IGNARRA, 2002 p. 15). Todos esses conceitos ajudaram a desenvolver a definição de turismo que temos hoje que segundo a Organização Mundial do Turismo, (OMT, 2001) “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Tendo em vista o crescimento deste fenômeno, com o atual cenário de desenvolvimento global onde a informação é um forte aliado na divulgação de locais para a realização dos mais diversos tipos de turismo, cabe aos desenvolvedores deste setor, organizar, planejar, pensar. Como atrair e desenvolver um destino sem degradar o bem natural, cultural, religioso ou qualquer outro que o local ofereça. Neste processo aplica-se o planejamento turístico, onde profissionais da área buscam os mais diversos tipos de recursos para o aprimoramento do local, na perspectiva encontrada aqui vamos tratar sobre o PRODETUR + Turismo (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo), que nada mais é que um programa governamental que contribui para a estruturação dos destinos turísticos fomentando o desenvolvimento local e regional. Trata-se de uma ação de política pública que percebe o turismo como uma atividade econômica e, como tal, necessita de investimentos.

Identificando estas características necessárias e possíveis para o desenvolvimento turístico de um destino, este estudo apresenta como problema de investigação a seguinte indagação: como o programa PRODETUR + Turismo pode auxiliar o desenvolvimento turístico dos municípios brasileiros?

O objetivo desta pesquisa é compreender e apresentar esse programa do governo, demonstrando os caminhos tomados para adquirir os recursos por ele disponibilizados, com a finalidade de promover o desenvolvimento do turismo municipal com amparo do governo federal, através de orientação e disponibilização de recursos por meio do PRODETUR + Turismo, dentro deste programa existem ramificações como o Prodetur/NE e Prodetur/sul ambos disponibilizam recursos para investimentos em infraestrutura nas suas determinadas regiões.

Referente ao turismo, deve-se pensar em organização e desenvolvimento, neste contexto é necessário buscar meios para alavancar o turismo municipal em todos os âmbitos (privado e público), e conhecer as políticas públicas desta área se torna fundamental.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Turismo**

O turismo é uma atividade econômica e social, vinculada ao deslocamento de pessoas por diferentes motivos, e por isso necessita e envolve diversos serviços e equipamentos. Além disso, a relação interpessoal que ela possibilita contribui para a disseminação de conhecimento e cultura.

Esta visão é confirmada por Oscar de La Torre (apud IGNARRA, 2002, p. 24), pois defende que

o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e social.

Nesta definição, o turismo é apresentado apenas como um ato desenvolvido por pessoas, não ressaltando todo o *trade*<sup>3</sup> envolvido neste acontecimento. Essa definição se aplica para uma visão de troca de conhecimentos e descanso do indivíduo que a realiza, claramente ele beneficia o lazer, onde a interação e os gastos tendem a ser maiores.

Segundo o Ministério do Turismo (2006), Turismo de Negócios e Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social..

---

<sup>3</sup> É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do **turismo**. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html#:~:text=%C3%89%20uma%20atividade%20econ%C3%B4mica%20representada,os%20agentes%20econ%C3%B4micos%20do%20turismo>. Acesso em: junho, 2021.

Neste conceito temos uma visão mais ampla de turismo, ele engloba todo o setor de serviços que visa uma organização mais técnica, pois preza pelo planejamento do setor.

Tendo essas duas definições de turismo como base, observamos que o setor turístico é bastante complexo, considerando que por um lado envolve o deslocamento de pessoas, e na outra ponta a parte receptora o turismo implica em relações interpessoais, recreação, descanso, entre outros, ou seja, necessita da disponibilidade de equipamentos e serviços, para que todo esse movimento aconteça é preciso um ato coeso entre o turista, a comunidade receptora e as autoridades competentes.

Segundo Rabahy (2003, p.131) a importância dos equipamentos turísticos é indiscutível para o funcionamento do sistema turístico, o que merece ser destacado é o crescimento de seu significado na determinação das destinações turísticas. Com o aumento da demanda a oferta de infraestrutura deve seguir ampliando da mesma forma para evitar o colapso do sistema.

Menezes afirma que:

A infraestrutura turística é fator primordial para o desenvolvimento da atividade turística em um município. Sem os itens citados acima é muito difícil conseguir uma clientela fiel já que os turistas que está visitando a localidade necessitam além dos atrativos, uma estrutura que faça com que ele sinta a vontade durante sua estada (MENEZES, 2009, p.20)

Na mesma visão podemos observar o que é necessário para que haja esses fatores, toda a infraestrutura que deve ser oferecida ao turista, desde o mais simples espaço para uma parada até seu percurso final, ao local onde ficara hospedado. Dentro desta cadeia existem os mais diversos serviços, tais como rede de hotéis, farmácias, restaurantes, aeroportos, postos de combustíveis entre outros, que devem ser planejados, orientados e ordenados por políticas públicas, para que supram tanto a necessidade do viajante quanto a dos indivíduos que residem no destino.

No desenvolvimento local, onde todos do trade turístico deveram estar envolvidos, a elaboração de um projeto coeso que beneficie a grande maioria do setor no quesito socioeconômico deve passar por uma seleção rigorosa de critérios, tais

como priorizar o desenvolvimento socioeconômico local, procurar desenvolvê-lo de forma que proteja ao máximo o meio ambiente em questão se for o caso, preservar o patrimônio cultural onde for inserido tais ações devem ser orquestradas e desenvolvidas não apenas pelo poder público, mas também pela comunidade local e por que não acrescentar a opinião do seguimento de mercado que se deseja atingir.

Um ato importante que devemos observar neste contexto é o turismo sustentável que deve orientar o desenvolvimento da atividade. Segundo RUSCHMANN (1997, pg 127) O relacionamento do turismo com o meio ambiente tem se caracterizado por alguns aspectos peculiares e que deverão ser considerados nas ações e estratégias do planejamento da atividade. O meio ambiente onde será desenvolvido o turismo pode sofrer danos e degradações irrecuperáveis, a linha de desenvolvimento sustentável tem por objetivo prevenir o máximo esse ato a elaboração de um projeto coeso unido a uma política pública forte e atuante pode gerir esses recursos durante gerações.

Um projeto de políticas públicas voltadas para o turismo deve atender os mais diversos interesses, mas levando em conta a originalidade da comunidade que por muitas vezes a faz única gerando o turismo, a preservação de recursos e costumes locais, tendo como um dos objetivos alavancar os produtos que neles se produz e o explora, procurando deixá-lo o mais original possível, o turista quando se desloca para outra localidade busca conhecer novas culturas, e locais típicos da região, eles não estão interessados em realizar uma viagem longa e chegar no local encontrar algo que em sua própria localidade tem ou atrativos artificiais montados para atrair visitantes sem as características da região.

O turismo voltado exclusivamente para visão econômica, a falta de planejamento em muitas localidades gera crescimento descontrolado que leva a descaracterização e à perda da originalidade da destinação que motiva o fluxo de turistas, com empreendimentos em ações isoladas, esporádicas e eleitoreiras desvincula de uma visão ampla do fenômeno turístico, esse fenômeno caracteriza o desenvolvimento de obras sem prioridade e muitas vezes sem utilidade tanto para o turista como para a comunidade, com uma ação planejada e o investimento correto esses recursos poderiam evitar situações caóticas em épocas de altas estações,

atraindo mais investimento e desenvolvendo tanto o produto como a comunidade nele inserido.

De acordo com Vieira (2019), o turismo corresponde a 8,1% de todo o PIB nacional, contribuindo com cerca de 152,5 bilhões de dólares para a economia, esse setor cresceu cerca de 3,1% uma das mais elevadas altas na América do Sul, neste período a atividade turística cresceu o dobro da economia brasileira, com cerca de 7,5% do total de empregos gerados no país o setor emprega cerca de 6,9 milhões de pessoas, outro dado relevante é que cerca de 88% destes gastos foram gerados pelo turismo de lazer e 12% por turismo de negócios. Esse estudo de mercado apontou o Brasil como o líder global na contribuição do turismo para a economia nacional, isso retrata como nosso país depende do turismo, pois 8,1% de toda riqueza gerada vem deste setor.

Observando esses dados onde cerca de 88% das viagens foram realizadas para proporcionar lazer, por que não aproveitar o turismo para o desenvolvimento social local. Para Morrison (2006 pg.32), o turismo mistura movimento e convivência entre pessoas em diferentes áreas geográficas. Estabelecem-se conexões sócias entre pessoas que nunca se viram, com diferentes culturas, religiões, valores, línguas entre outros. A conduta dos residentes no contato com turistas e a maneira como interagem influencia as relações sócias que se estabelecem entre ambos. Dentro da mesma perspectiva de desenvolvimento Gartner (1996 pg. 54) diz que: a melhoria das infraestruturas sejam elas estradas, pontes, hotéis, restaurantes, postos de turismo, segurança, saúde e no turismo em geral tem benefícios para a o turista, mas ainda mais para a comunidade local. Ou seja, as atividades e atrações que por via do turismo ficaram disponíveis para o desenvolvimento local tornam-se também válida para a população residente. Pensando no caminho sociocultural de desenvolvimento o turismo pode agregar com denegrir comunidades, no âmbito de agregar a interação entre comunidade e turista podem gerar belos frutos como o conhecimento de novas culturas que ali não existe, divulgação do conhecimento empírico de novos saberes, uma linha mais vasta de network entre outros benefícios que o turismo agrega. No contexto de denegrir a comunidade local poderá perder sua característica local com a imersão de novos costumes, inserção de drogas por meio de turismo onde ali não

existia, a degradação do patrimônio, entres outros malefícios que possam ser gerados.

Observando o turismo como uma cadeia geradora de renda, um divulgador cultural, um meio de interação entre as mais diversas comunidades, devemos entendê-lo como um sistema que está interligado nas mais diversas áreas, o poder público seria o facilitador deste entendimento no momento em que ele consiga aprimorar políticas em que se insiram na localidade receptora e incluam o desejo do turista na mesma ideia, beneficiando ambos sem privilégios a nenhum.

## **2.2 Planejamento do Turismo**

Difícilmente algo se desenvolve sem planejamento, e esse assunto é difícil de abordar quando envolve setor público e privado, pois o privado visa primeiramente o lucro, onde temos um objetivo para fazermos a mensuração do desenvolvimento, já os órgãos públicos não visam lucros, e seus resultados não podem ser medido por indicadores quantitativos, eles necessitam do trabalho de empresas privadas atuando direta ou indiretamente no desenvolvimento de atividade.

Segundo Ruschmann (1997, p. 84)

No turismo cabe ao estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessária ao desenvolvimento da infraestrutura básica que proporcionará o bem-estar da população residente e dos turistas. Além disso, deve zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural, psicossocial e cultural) e criar condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos serviços e equipamentos nas destinações.

O planejamento turístico envolve muitas camadas da sociedade, e tem sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico local se aplicada de forma correta. Cabe ao estado zelar pelo planejamento, pela legislação necessária para o desenvolvimento de infraestrutura básica que beneficiem tanto a população quanto ao turista, e garantir a proteção e conservação patrimônio como um todo.

Segundo Petrocchi (1998, p. 20) O planejamento - a visão do futuro próximo ou distante – contribui para que tarefas sejam melhor realizadas e objetivos sejam mais facilmente atingidos, por pessoas ou organizações. Ordena as ações e da prioridade a elas.

O planejamento voltado para a área do turismo é de suma importância para a cadeia produtiva, pois definirá através de análises e estudos, onde deverão ser aportados os recursos, sejam estes vindos da esfera pública ou privada. Isso promoverá benefícios à comunidade local, através da melhoria de infraestrutura, e com a orientação de investimentos pode ocorrer um aumento na renda local, entre outros benefícios que o turismo proporciona.

De forma sucinta, a função básica do planejamento é otimizar os recursos urbanos, naturais, artificiais e culturais existentes de acordo com as premissas da sustentabilidade, e incrementar a demanda turística de forma racional nos espaços disponíveis para o exercício da prática de atividades turísticas (ANDRADE, 2014).

Ao falarmos em planejamento turístico temos que ter em vista o desafio que essa situação gera para o poder público, pois trata-se do ato de desenvolver locais e atividades para que possam atender o máximo de pessoas possíveis, tendo em vista isso o desacordo de interesses no momento em que, ao promover oportunidade de acesso e experiências a maior parcela possível da comunidade, deve ao mesmo tempo tentar evitar a descaracterização dos locais para que possa proteger patrimônios culturais e naturais dos ambientes. A visão aplicada pelo planejamento é abrangente, não se limitando apenas em pensar na localidade, mas também observando o entorno para que todos que forem atingidos pelo turismo estejam de acordo e possam usufruir do desenvolvimento da região. Colocando o desenvolvimento regional como uma prioridade, indica-se focar num programa governamental que ajude o turismo a ser desenvolvido como um todo.

No desenvolvimento deste trabalho o enfoque volta-se para o planejamento local, através da discussão sobre uma fonte de fomento de âmbito federal. Cabe informar que o planejamento turístico é aplicado em três níveis: o nacional, o regional e local. O nacional tem como função proteger e conservar recursos, enfatizar tipos de desenvolvimento, empreender ações preventivas e corretivas, definir padrões, solucionar problemas, distribuir atividades. O regional deve desenvolver polos, elaborar planos para o desenvolvimento de infraestrutura, desenvolver recreações, conservar e administrar bens comuns ao turismo, criar normas e padrões de desenvolvimento administrativo. O local deve maximizar e otimizar recursos locais, proteger áreas frágeis, respeitar características, determinar responsabilidades aos

setores envolvidos, reconhecer, medir, e avaliar a intensidade quantitativa e qualitativa da demanda. Como todo processo, sua realização se organiza em ações, são divididas em prazos que podem ser definidos como longo, médio e curto (BENI, 2003).

Entendendo que o setor público tem significativa atuação no planejamento turístico, este setor atua especialmente através das políticas públicas, e assim auxilia o setor privado, comunidade local e turistas.

### **2.3 Políticas Públicas do Turismo**

Destaca-se a importância do turismo para a colaboração do desenvolvimento econômico de uma região, mas esse contexto deve estar atrelado as regras que facilitem o processo, neste âmbito entram as políticas públicas. Um dos problemas gerados pelo turismo podem ser a pressão sobre os recursos naturais, valorização súbita de terras e imóveis, a descaracterização da cultura local para atender os interesses turísticos, entre outros, para evitar tais problemas é necessário estabelecer uma política pública adequada ao planejamento turístico do destino.

Conforme Beni (2006, p. 91)

A política é um curso de ação calculado para alcançar objetivos, ou seja, direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseadas em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos. Políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade...

O setor público é notoriamente um fator relevante para o desenvolvimento da atividade turística, nele se apoiam as políticas públicas, que devem criar leis, desenvolver regras e orientar todos os movimentos realizados pelo setor para alavancar seu crescimento, desde recursos ou incentivos, legislação adequada, orientação capacitada, desenvolvimento de infraestrutura básica, e dessa forma representa o eixo central para o desenvolvimento de qualquer atividade.

Segundo Beni (2001, p.177 apud Santos; Gomes, 2007)

A política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Com base nesta afirmação, pode-se dizer que as políticas públicas voltadas ao turismo englobam uma série de ações e pensamentos que devem ser bem

orquestradas para que não entrem em conflito em nenhum momento. Todo seu desenvolvimento, desde a ideia até sua execução e verificação dos resultados tem que estar interligada, o desenvolvimento turístico deve estar inter-relacionado com todas as camadas da sociedade a fim de articular metas e diretrizes para buscar o desenvolvimento desejado.

Seguindo esta visão, Solha (2006, p.92) afirma que “a política do turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade”. Neste caminho pode-se dizer que o turismo está ligado a tudo que nos cerca, pois toda a infraestrutura básica para o desenvolvimento do local também é válida para o turismo. As políticas públicas devem estar ligadas num âmbito socioeconômico que beneficie primeiro a comunidade local, com esse amparo é possível desenvolver turismo, pois a população local se sentirá participante do processo e terá empenho no desenvolvimento regional e local.

Historicamente as políticas públicas brasileiras veem se desenvolvendo lentamente através dos anos, foi na década de 60 que o turismo deu seu primeiro grande passo, apesar de haver decretos anteriores voltados ao setor, mas foi em 1966 com o Decreto-Lei n. 55 que estipulou o Plano Nacional de Turismo ( PLANTUR) e criou a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), logo após isso veio a Confederação Nacional do Turismo (CNTur) Já em 1991, foi promulgada a Lei n. 8.181/91, que estabeleceu a Política Nacional de Turismo, definida como o conjunto de diretrizes e normas integradas para o desenvolvimento do setor e, reestruturou a EMBRATUR. O órgão passou a ser denominado Instituto Brasileiro de Turismo, tornando-se uma autarquia especial com o objetivo de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo (PNT) (Bahia; Bolson; Pires, Apud Candiotto; Bonetti, 2015).

No entanto o turismo ganha uma importância maior no ano de 2003 quando o governo federal cria o primeiro Ministério do Turismo (MTur), nesse contexto o Plano Nacional do Turismo ganhou ênfase nacional e suma importância para o desenvolvimento da atividade no país.

No contexto atual o governo federal disponibiliza 9 programas de incentivo ao turismo registrados no seu site oficial do Ministério do Turismo<sup>4</sup>, sendo eles o

---

<sup>4</sup> [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)

Cadastur, cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo. Selo Turismo Responsável, é um programa que estabelece boas práticas de higienização e protocolos para cada segmento do setor, Código de Conduta Brasil, tem como objetivo orientar e estabelecer procedimentos de comportamento ético para prestadores de serviços turísticos, Guia Turismo Acessível, promove a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a atrações e serviços turísticos, Qualificação do Turismo, É um curso de extensão gratuito e 100% on-line para profissionais do turismo ou que desejam ampliar seus conhecimentos em atendimento, Programa de Regionalização do Turismo, Um programa que integra todas as ações do MTur com estados, regiões e municípios do país, apoiando a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo em seus oito eixos de atuação. Fundo Geral de Turismo FUNGETUR, é um mecanismo essencial ao fomento dos negócios de turismo. Por meio da oferta de crédito para empresas ligadas ao setor, promove melhorias no atendimento ao turista, gera oportunidades, empregos e renda. Mapa do Turismo Brasileiro, que define o recorte territorial a ser trabalhado no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas pelo MTur. Prodetur + Tusimo, um programa que apoia os entes públicos e privados no acesso a recursos provenientes de financiamentos que viabilizam projetos de estruturação do turismo.

Alguns destes programas estão interligados e todos possuem objetivos e regras bem específicas para acesso, havendo direcionamento/atendimento tanto de necessidades de instituições públicas como privadas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2021).

A linha de desenvolvimento contida neste trabalho observou-se, desenvolvimentos óbitos na região norte e região sul do país através de financiamentos obtidos pelos ramais do programa Prodetur.

Este estudo focará em um programa que preza pelo desenvolvimento local a partir dos órgãos públicos, conforme será tratado a seguir.

#### **2.40 Programa PRODETUR**

Os programas governamentais que norteiam o desenvolvimento do turismo, devem estruturar um conjunto de estratégias e ações que organizem os impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais gerados pela atividade, esses processos exigem planejamento e gestão em âmbito local, regional e nacional.

O programa Prodetur + Turismo, com a finalidade de fortalecer o papel do governo federal, para que desenvolva de forma mais eficiente as políticas públicas, propõe diretrizes estratégicas para implementação de um programa de desenvolvimento e estruturação do turismo no Brasil, por meio de linhas de financiamento.

A ideia do Prodetur iniciou em 1992, recebendo o nome de Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE. Foi implantado pelo governo federal através do Ministério dos Esportes e Turismo e elaborado em parceria com o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) além dos governos estaduais nordestinos, tendo como foco ampliar a infraestrutura da região nordeste para melhorar e atrair a superestrutura do setor turístico.

Em 1996 foi criado o PRODETUR/SUL, que contemplaria os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, em oito anos de desenvolvimento não conseguiu se implementar as melhorias em infraestrutura previstas no plano, apenas no início do ano de 2005 se deu início a implementação das atividades.

Este programa foi sendo adaptado ao longo dos anos, permanecendo ativo após a implantação do Ministério do Turismo em 2003. No dia 2 de abril de 2018, na portaria Nº 74 do Diário Oficial da União, foi estabelecido que o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo – Prodetur+ Turismo, aprova o documento com as Diretrizes Estratégicas do Programa e institui o Selo+Turismo, tendo como objetivo facilitar o acesso de recursos provenientes de financiamentos nacionais e internacionais, através de projetos destinados ao desenvolvimento, gestão e estruturação dos destinos turísticos pré-definidos pelo Ministério do Turismo.

O Prodetur + Turismo, tem com eixo principal de atuação, gestão descentralizada do turismo, planejamento e posicionamento de mercado, infraestrutura turística, promoção e apoio a comercialização, qualificação profissional dos serviços e da produção associada, empreendedorismo captação e promoção de investimentos, informação ao turista, conhecimento análise e monitoramento.

Sua aplicação implica em gerar renda através do desenvolvimento turístico de forma sustentável, agregando valor ao produto final, neste contexto a destinação recebe melhorias em infraestrutura e equipamentos diretamente ligados ao turismo, tem aporte para mobilidade como um todo, trabalha no saneamento básico e outro

fator importante de sua atuação são investimentos em atividades indutoras de turismo como centros culturais, teatros e centros de produtos artesanais. Este programa provém recursos para restauração de edifícios e monumentos, alavancando o turismo através do poder público. Para que o município que deseje possa participar do programa ele deve preencher uma serie de pré-requisitos listados a seguir. Estar situado no Mapa do Turismo Brasileiro<sup>5</sup>, possuir um Conselho ou Fórum Municipal de Turismo, Participar da Instância de Governança Regional da região turística da qual faz parte, caso já esteja instituída, possuir ou estar elaborando Plano de Desenvolvimento, Plano diretor (com planejamento ou plano de ação para o setor turismo) ou Estudo/Planejamento para o Setor Turismo,( obs.: caso o documento apresentado seja um Plano diretor Municipal, o mesmo deve fazer referência ao planejamento ou plano de ação específico para o Setor turístico, mantendo o conceito de que, o Programa apoia ações a partir de prévio processo de planejamento.), estar alinhado com o eixo de atuação e as propostas de ações do programa, comprovar que a proposta encaminha respeita a Capacidade de Endividamento e Pagamento do Município, na avaliação do Tesouro Nacional<sup>6</sup>.

Após preenchimento dos requisitos acima descritos o município que desejar aderir ao programa Prodetur+ Turismo necessita cadastrar uma proposta no site do programa<sup>7</sup>, ao encaminhá-la deverá aguardar análise e orientação do Ministério do Turismo, quando aprovada ela recebe uma Declaração de Prioridade que nesse caso chama-se Selo + Turismo, após a obtenção do mesmo, os técnicos do Ministério orientaram como obter o recurso junto ao financiador e na aplicação final para um desenvolvimento correto da atividade.

Após pesquisar os programas que o Ministério do Turismo oferece para o desenvolvimento da atividade no país observa-se uma interligação entre eles, pois com a elaboração do Mapa do Turismo Brasileiro dentro do Programa de Regionalização do Turismo está sendo apontada cidade com potencial turístico relevante, onde o PRODETUR poderá intervir para alavancar a atividade através de investimentos nos mais diversos setores.

Como foco deste trabalho aponta-se o PRODETUR como um forte instrumento para impulsionar o turismo em nossa região, tendo em vista que estamos dentro do

---

<sup>5</sup> [www.mapa.turismo.gov.br](http://www.mapa.turismo.gov.br)

<sup>6</sup> Este documento é obtido através do site <https://sadipem.tesouro.gov.br>.

<sup>7</sup> [www.prodetur.turismo.gov.br](http://www.prodetur.turismo.gov.br)

mapa do turismo brasileiro, poderemos obter recursos nacionais e internacionais para aplicar nas mais diversas áreas. Com este fomento seria possível desenvolver turismo de forma sustentável e com uma orientação técnica dando apoio e apontando os caminhos a serem tomados.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Este estudo tem a finalidade de apresentar e compreender um programa federal da área de turismo. Para isto, identificou-se como a metodologia mais adequada a utilização da pesquisa descritiva, que de acordo com Cervo et. al. (2007), a pesquisa é descritiva quando o objetivo é esclarecer ao máximo um assunto que já é conhecido, descrevendo tudo sobre este. Neste caso, é necessária a realização de uma forte revisão teórica envolvendo o objeto de estudo, analisar e comparar as informações.

Essa necessidade, leva à realização de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Lakatos e Marconi (2003, p.183),

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Para este estudo também foi necessário a realização de pesquisa documental, que tem caráter Similar à pesquisa bibliográfica, a documental não se restringe apenas a coleta de informações de caráter científico. Na pesquisa documental qualquer documento com conteúdo informacional útil para a pesquisa pode ser usado, como jornais, revistas, catálogos, fotografias, atas, etc. (LAKATOS E MARCONI, 2003). Aqui as cartilhas e portarias referentes ao Prodetur fôramos documentos utilizados.

Através destas formas de trabalho, buscou-se conhecer o caminho que as entidades públicas, em âmbito municipal, poderão tomar para adquirir financiamentos junto ao governo federal, e como o desenvolvimento socioeconômico afeta indivíduos onde os recursos foram aplicados no desenvolvimento.

Identifica-se este estudo como sendo de natureza qualitativa, que conforme Cervo et. al. (2007), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre

o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Para construir essa pesquisa foram selecionados autores com referências em desenvolvimento do turismo, com obras escritas em Planejamento e Gestão, Políticas Públicas, Cidadania, Turismo Sustentável, para poder entender o fenômeno que o turismo exerce sobre o cotidiano das pessoas e o impacto que ele gera em seu entorno, neste contexto buscou-se exemplos de desenvolvimento regional que o Prodetur disponibilizou nas mais diversas regiões assim compreendemos que seus recursos podem ser destinados para as mais diversas áreas. Este levantamento de dados foi realizado nos períodos de abril à julho de 2021 e as principais fontes de pesquisa foram livros, consulta a materiais do Google e Google Acadêmico, buscando trabalhos mais atuais sobre a temática e informações do site oficial do Ministério do Turismo, órgão responsável pelo programa Prodetur + Turismo, objeto principal deste estudo.

#### **4 RESULTADOS DA PESQUISA**

Como resultado das pesquisas realizadas sobre o assunto podemos apontar que, o desenvolvimento turístico de qualquer natureza não se realiza sem uma política pública favorável e um planejamento estratégico, esse processo implica não apenas em prover recursos, mas orientar, articular e desenvolver o trabalho junto da comunidade onde foi aplicado.

Segundo Gastal e Moesch (2007, p. 47)

a concepção sistêmica do turismo e o desenvolvimento de base local com ênfase na cidadania devem vir acompanhados de um planejamento turístico que assegure o bem viver com, no qual a própria comunidade definirá os limites espaciais de interação do visitante, garantindo trocas simbólicas

Isso retrata a importância de um programa como o Prodetur que, disponibiliza recursos para o desenvolvimento do turismo através de projetos elaborados pelos municípios e incentiva a participação da comunidade local neste processo.

Através do levantamento de materiais bibliográficos e documentais, notou-se como as políticas públicas, podem desenvolver o turismo através da forma correta de investimentos. Com o desenvolvimento de Programas estruturados toda a comunidade ganha (BENI, 2006).

O PRODETUR/ NE foi estruturado com recursos externos, provenientes em sua quase totalidade BID (banco internacional de desenvolvimento) e do Banco Mundial (BIRD), tornando-se o programa por meio do qual o governo interviu na região através de ações de ordenamento e de alavancagem do processo de desenvolvimento turístico no território, notadamente com a implantação de infraestrutura básica (transporte, saneamento, energia), instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos em espaços considerados com vocação turística e definição para a expansão turística. Os recursos e investimentos destinados a esse programa foram concentradamente aplicados na construção e operacionalização dos aeroportos da região.(MELO, 2016, p. 15)

O programa não investe apenas em eventos e operações turísticas, como é possível perceber na citação acima, a aplicação de recursos na infraestrutura local oriundos do Prodetur, melhorou significativamente todo sistema de captação de água e escoamento de esgoto de região nordeste do país. O PRODETUR/NE aprimorou o desenvolvimento do turismo, com investimentos em obras de infraestrutura, projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional entre outros. O governo busca um desenvolvimento no setor turístico de forma igualitária onde a economia se torne sustentável e a preservação do meio em que se vive vire uma realidade.

O PRODETUR/SUL, que teve seu desenvolvimento mais acentuado no estado de Santa Catarina, trabalhou na região com a formação de uma área prioritária para aplicar os recursos oriundos do programa, onde as cidades beneficiadas teriam um potencial maior para captar turistas internacionais. Neste caso foi priorizado a região litorânea do estado onde foram desenvolvidos projetos de melhoria em infraestrutura tais como na cidade de Bombinhas-SC foi investido em uma rede de saneamento básico, em Blumenau-SC construiu-se um Centro de Integração de Eventos e Feiras o CIEF, a cidade de Florianópolis-SC foi uma das mais beneficiadas com o programa foram realizadas diversas melhorias de infraestrutura local como, a construção de trapiches municipais- orlas da Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Ponta das Canas. Construção do terminal marítimo de passageiros Canasvieiras/Ingleses. Implementação da rodovia turística na Praia do Santinho. Construção do mirante da Baleia Franca no Pântano do Sul. Implementação da rodovia turística Lagoa da

Conceição. Implementação de saneamento básico Lagoa da Conceição. Recuperação da ponte Hercílio Luz. (SILVA e SOMMER, 2004)

Este programa está disponível em âmbito nacional, mas seu lançamento foi concentrado na região nordeste, onde colaborou com o desenvolvimento da infraestrutura turística da região, após este feito foi disponibilizado para a região sul onde foram aplicados alguns recursos. Na atualidade está disponível para qualquer local do país, desde que sejam cumpridos os pré-requisitos básicos para participar dele. Os financiamentos poderão contemplar toda a gama de investimentos ou apenas parte das ações identificadas pelos Planos de Desenvolvimento Territorial do Turismo, ou ainda, por estudos ou projetos de estruturação e ordenamento que se constituam em marco orientador às ações propostas e que sejam elegíveis nos eixos de atuação previamente definidos ou naqueles que, de alguma forma, se alinhem diretamente ao desenvolvimento do turismo, com geração de emprego, renda e inclusão social (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Existem alguns tópicos específicos que os projetos devem conter: projetos nas áreas de infraestrutura turística, saneamento básico, gestão e avaliação ambiental, transporte e mobilidade urbana, bem como, qualificação, promoção, apoio à comercialização, pesquisa e inovação, empreendedorismo e parcerias público privadas. Isso relata a gama de investimentos disponíveis pelo setor público na área de turismo, onde o desenvolvedor deverá ter a capacidade de organizar seus projetos em uma das áreas afim. Os projetos e propostas apresentadas devem prezar pelo desenvolvimento sustentável e pelo desenvolvimento de ações que incorporem novas tecnologias e sua influência na dinâmica do setor, em especial ferramentas para promoção e posicionamento de mercado, com estratégias e plataformas para divulgação conjunta de destinos, que levem à geração de economias de escala (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Outro benefício do programa é o Selo+Turismo, o destino que obtiver selo poderá ser apoiado financeiramente, por meio de recursos da programação orçamentária do MTur, conforme Ação Orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA. Os recursos mencionados poderão ser solicitados ao MTur pelos entes federativos, por meio de inserção de proposta com o Selo +Turismo no Portal de

Convênios do Governo Federal - SICONV, disponível no endereço eletrônico <https://portal.convenios.gov.br>, sendo que, no caso de solicitações de apoio às ações de obras de infraestrutura, a formalização será por meio de Contrato de Repasse e as demais ações serão apoiadas por meio de instrumento de Convênio.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme observado durante o desenvolvimento da pesquisa, o Prodetur é uma ação de política pública importante ligado diretamente ao desenvolvimento turístico. Isso se resalta pelo tempo de existência do programa (criado em 1992) e as várias adaptações que sofreu até o momento em diferentes períodos de governo, porém se mantendo como uma ação ativa. Dentro deste contexto notou-se a realização de planejamento estratégico por algumas localidades que foram beneficiadas pelo programa, desenvolvendo setores que eram precários, mas que foram alterados positivamente em virtude do financiamento através da linha de crédito que o mesmo disponibiliza.

Sua importância não se concentra apenas em apoiar o planejamento de eventos ou equipamentos turísticos, ele está disponível para execução de obras nos mais diversos setores, no quesito de infraestrutura ele apoia projetos que possam desenvolver infraestrutura turística, saneamento, gestão e avaliação ambiental, transportes, mobilidade urbana. Já no quesito social ele ampara a qualificação, promoção, apoio a comercialização, pesquisa e inovação e o empreendedorismo, pode-se aplicar um projeto em qualquer uma das áreas citadas anteriormente.

O governo disponibiliza os meios para que o setor do turismo, nos municípios, tenha um suporte para seu desenvolvimento de forma correta e sustentável, cabe aos promotores da área em questão buscar alternativas de adequação aos requisitos básicos e desenvolver seus projetos, para adquirir um desenvolvimento socioeconômico que possa não só atrair turistas, mas sim beneficiar a comunidade local.

Um dado importante identificado no processo foi que na região sul seu desenvolvimento foi voltado para turismo de sol e praia, observando pesquisas realizadas por outros autores percebeu-se que desenvolvimento da região deixou a

desejar por falta de interesse ou até mesmo conhecimento dos gestores do turismo nas localidades um exemplo prático deste acontecimento foi a cidade de Itajaí-SC que foi prejudicada pela rotatividade de vinte e um secretários de turismo em oito anos. (silva, 2004). Com inúmeros benefícios realizados em diversas localidades entende-se que o programa funciona, cabe aos gestores alocar esforços para o desenvolvimento de projetos e ao poder público facilitar ao máximo o acesso e esse recurso. O desenvolvimento de um passo a passo simplificado destinado aos municípios que estão situados no Mapa do Turismo, poderá facilitar o acesso a este programa de suma importância para o desenvolvimento.

No momento da finalização desta pesquisa foi constatado que o Prodetur está temporariamente inativo, pois sofrerá nova reformulação, situação que comprova a importância e necessidade deste programa, que não é descartado pelo poder público federal, mas adaptado às situações que surgem.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Jorreiny. **A Importância do Planejamento Turístico**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-do-planejamento-turistico> 2014. Acesso em: junho, 2021.
- BENI, Mário Carlos. **Políticas e Planejamentos de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; BONETTI, Lucas Araújo. **Trajetória das Públicas de Turismo no Brasil**. Revista Turismo y Desarrollo. Dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/турыdes/19/politicas.html>. Acesso em: junho de 2021.
- CERVO, A.L.; Bervian, P.A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- D.O.U. PORTARIA Nº 104, DE 8 DE JUNHO DE 2018 - Diário Oficial da União.
- GARTNER, W.C. (1996). **Tourism Development: Principles, Processes, and Policies**. Wiley; 1ª edição (23 de agosto de 1996). Disponível em: Amazon/kindle.com. Acesso: junho 2021
- GASTAL, Susana; MOESCH, Marutyschka Martini. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007. ABC do Turismo.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paula: Atlas, 2003. Disponível em: [http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-eindia/view](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-eindia/view). Acesso em: 12 de setembro de 2020.
- MELO, Annely Ferreira de. **Turismo Sustentável: Ações e Políticas Públicas Aplicadas no Estado da Paraíba**. 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15073?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15073?locale=pt_BR). Acesso em: julho de 2021.
- MENEZES, Vanessa. **Teoria Geral do Turismo**. Mimeo.2009.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cartilha dos Programas e Benefícios Ofertados pelo Ministério do Turismo**. Disponível em: [https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-lanca-cartilha-com-os-principais-programas-e-beneficios-ofertados-pela-pasta/Cartilha\\_MTur\\_Programas.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-lanca-cartilha-com-os-principais-programas-e-beneficios-ofertados-pela-pasta/Cartilha_MTur_Programas.pdf). Acesso em: junho de 2021.
- MINISTERIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais**. Disponíveis em: [http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf). Acessado em: julho 2021

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo**. 4ª Edição. Brasília: Ministério do Turismo, SETEMBRO/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-turismo>. Acesso em: junho de 2021

OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PETROCCHI, Mario. **Turismo Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e Desenvolvimento: Estudos Econômicos e Estatísticos no Planejamento**. São Paulo: Manole, 2003. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/wilson-rabahy/turismo-e-desenvolvimento/2738376578> acesso em: julho 2021.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Campinas, SP. Papirus, 1997.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; GOMES, Cristiane Mesquita. **Políticas Públicas de Turismo: a importância para o desenvolvimento do Maranhão**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2007. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoF/0454da5b96ea8e5e76bbSaulo\\_Cristiane.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoF/0454da5b96ea8e5e76bbSaulo_Cristiane.pdf). Acesso em: junho de 2021

SILVA, Renata; SOMMER, Rodrigo. **O Prodetur-Sul e os Municípios Turísticos do Planalto Serrano Catarinense**. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/gt2-o-prodetur.pdf>. Acesso em : julho 2021.

VIEIRA, Rodrigo. **Turismo Responde por 8,1% do PIB Brasil; Veja Dados Globais. (2019)**. Disponível em: [https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais\\_162774.html](https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais_162774.html). Acesso: junho 2021.